



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique  
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco  
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

- 1.1 - 40ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 9ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.3 - 10ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.4 - 11ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.5 - Reunião de Comissões

### 2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissão

### 3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 4 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 6 - ERRATAS



## ATAS

### ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/5/2012

#### Presidência dos Deputados Inácio Franco e Rômulo Viegas e da Deputada Liza Prado

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios e cartão - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 3.205 a 3.210/2012 - Requerimentos n°s 3.199 a 3.215/2012 - Requerimentos das Comissões de Esporte, de Transporte (2), de Assuntos Municipais, de Defesa do Consumidor, de Participação Popular (3), de Turismo, de Direitos Humanos, de Política Agropecuária e de Segurança Pública e dos Deputados Fred Costa, Adelmo Carneiro Leão e Carlin Moura, André Quintão, Paulo Guedes e Célio Moreira - Comunicações: Comunicações das Comissões de Administração Pública, de Meio Ambiente, de Esporte, de Saúde, de Educação e de Direitos Humanos e do Deputado Duarte Bechir - Oradores Inscritos: Discurso do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; registro de presença; discursos da Deputada Luzia Ferreira e dos Deputados Carlos Mosconi e João Leite - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Célio Moreira e Fred Costa; deferimento - Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei n° 3.060/2012; discurso do Deputado Rogério Correia; encerramento da discussão; discursos dos Deputados Rogério Correia, Sávio Souza Cruz e Elismar Prado; votação do parecer; aprovação - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei n° 3.061/2012; discurso do Deputado Rogério Correia; encerramento da discussão; votação do parecer; aprovação - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei n° 3.062/2012; discurso do Deputado Rogério Correia; encerramento da discussão; discursos dos Deputados Rogério Correia e Adalclever Lopes; votação do parecer; aprovação - Votação de Requerimentos: Requerimentos da Comissões de Participação Popular (3), de Direitos Humanos, de Política Agropecuária, de Transporte (2), de Defesa do Consumidor, de Assuntos Municipais, de Turismo e de Segurança Pública e dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Carlin Moura, André Quintão e Paulo Guedes; aprovação - Encerramento - Ordem do Dia.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Inácio Franco - Dilzon Melo - Jayro Lessa - Adalclever Lopes - Almir Paraca - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Bosco - Bruno Siqueira - Carlos Mosconi - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - Lafayette de Andrada - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neider Moreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

##### Ata

- O Deputado Jayro Lessa, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Correspondência

- O Deputado Carlos Mosconi, 1º-Secretário “ad hoc”, lê a seguinte correspondência:

## OFÍCIOS

Do Sr. Alexandre Pires de Lima, Diretor da Secretaria do Pleno do Tribunal de Contas, encaminhando as notas taquigráficas e a ementa relativas à Consulta nº 862304, feita por esta Casa ao referido Tribunal.

Do Sr. Airis Antonio Horta, Gerente da Divisão de Pesquisa e Controle da Qualidade de Água e Esgoto da Copasa-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.246/2011, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.597/2012, do Deputado Vanderlei Miranda.

Da Sra. Ana Cláudia Lopes, Promotora de Justiça da Comarca de Teófilo Otôni, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Direitos Humanos encaminhado por meio do Ofício nº 634/2012/SGM. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Da Sra. Andrea Mismotto Carelli, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.361/2012, do Deputado Elismar Prado.

Do Sr. Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Chefe de Gabinete da Presidência do FNDE, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.734/2012, da Deputada Liza Prado e do Deputado Paulo Guedes.

Do Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, Chefe da Assessoria Institucional da PMMG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.977/2011, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Desirée Renée Emmels de Souza, Diretora da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana C, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.803/2012, da Comissão de Direitos Humanos.

Do FNDE (1.564) informando a liberação dos recursos financeiros que menciona, destinados a garantir a execução de programas desse Fundo. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Fidelcínio Pedrosa Filho, Diretor de Telecomunicações da Polícia Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.812/2012, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Gerson Barros de Carvalho, Diretor-Geral do Deop-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 339/2011, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Hércio José Ramos Brandão, Superintendente de Relações Internacionais da Aneel (3), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 2.016 e 2.146/2011, da Comissão de Participação Popular, e ao requerimento da Comissão de Assuntos Municipais encaminhado por meio do Ofício nº 3.457/2011/SGM.

Da Sra. Jomara Alves da Silva, Presidente do Ipsemg, encaminhando o “2º Caderno de Gestão Sustentável do Ipsemg”. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Josué Costa Valadão, Secretário Municipal de Governo de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.384/2012, do Deputado Elismar Prado

Da Sr. Kátia Luciene de Azevedo Saraiva, Vice-Presidente da Subseção OAB-MG de Várzea da Palma (2), solicitando a intercessão desta Casa junto às autoridades constituídas para que seja designado um Delegado titular para essa Comarca e fazendo considerações sobre as dificuldades por que passa a Comarca, bem como solicitando a colaboração desta Casa para a busca de soluções. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Leonardo Maurício Colombini Lima, Secretário de Fazenda, informando o valor da receita corrente líquida para a composição do relatório de gestão fiscal do 1º quadrimestre de 2012. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Márcia Nogueira Amorim, Reitora do Instituto Metodista Izabela Hendrix, agradecendo voto de congratulações formulado por esta Casa, em atenção a requerimento da Comissão de Educação, pela realização de campanha educativa para o respeito à faixa de pedestre.

Do Sr. Marcos Affonso Ortiz Gomes, Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.065/2011, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil (5), prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 87, 243, 827, 878, 1.351, 1.369, 1.618, 1.724, 1.865, 1.968, 2.089, 2.260, 2.401, 2.402, 2.470, 2.513, 2.558, 2.606 e 2.638/2011 e 2.976/2012, em atenção a pedidos de diligência da Comissão de Justiça; ao Projeto de Lei nº 62/2011, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Meio Ambiente; e ao Projeto de Lei nº 2.164/2011, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Saúde. (- Anexem-se os ofícios e as notas técnicas aos respectivos projetos de lei.)

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil (9), prestando informações relativas aos Requerimentos n°s 2.025, 2.147, 2.195 e 2.274/2011, da Comissão de Participação Popular; 2.359 e 2.360/2012, do Deputado Elismar Prado; 2.431/2012, da Deputada Liza Prado; 2.462/2012, da Comissão de Transporte; 2.604/2012, da Comissão de Direitos Humanos, e 2.809/2012, da Comissão de Meio Ambiente.

Do Sr. Olavo Machado Júnior, Presidente da Fiemg, manifestando-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei n° 2.181/2011. (- Anexe-se ao Projeto de Lei n° 2.181/2011.)

Do Sr. Rafael F. S. Pires, Assessor Especial para Assuntos Federativos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, prestando informações relativas ao Requerimento n° 2.124/2011, da Comissão de Política Agropecuária.

Da Sra. Sabrina Durigon Marques, Chefe da Assessoria Parlamentar do Gabinete do Ministro da Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento n° 2.601/2012, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Vicente de Paula Moreira de Souza, Vereador à Câmara Municipal de Caxambu, solicitando seja o serviço público de segurança desse Município provido de estrutura física e reforço de pessoal. (- À Comissão de Segurança Pública.)

## CARTÃO

Da Sra. Amanda Flávio de Oliveira, Diretora da Faculdade de Direito da UFMG, agradecendo voto de congratulações formulado por esta Casa em atenção a requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva pelos 120 anos da instituição.

### **2ª Fase (Grande Expediente) Apresentação de Proposições**

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

## **PROJETO DE LEI N° 3.205/2012**

Institui a Semana Estadual de Combate à Violência contra a Mulher.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° - Fica instituída a Semana Estadual de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada na semana do dia 7 de agosto.

Art. 2° - No decorrer do evento a que se refere esta lei serão desenvolvidas ações educativas, tais como palestras, seminários e cursos, voltadas aos diversos segmentos da sociedade, inclusive em ambiente de trabalho.

Parágrafo único - O objetivo será divulgar os mecanismos criados pela Lei Maria da Penha para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como as medidas tomadas pelo poder público para prevenção e combate a esse tipo de violência, e conscientizar o cidadão acerca da forma correta de relacionamento afetivo e profissional com a mulher.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de maio de 2012.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: Não obstante os significativos avanços no combate à violência contra a mulher, as estatísticas ainda indicam um número preocupante de ocorrências registradas pelas delegacias especializadas, o que aponta para a necessidade de se criarem mecanismos preventivos e de orientação para mudança de comportamento que levem à redução constante desses índices. Temos exemplos de outros Estados em que medidas simples, como a realização de palestras em ambiente de trabalho, contribuíram significativamente para a redução das estatísticas. Por certo, enquanto houver um único caso de violência contra a mulher, o poder público deve avançar com medidas preventivas e educativas para coibir tal prática ilícita.

É dever do Estado buscar meios cada vez mais amplos para prevenção e combate à violência contra a mulher, em razão do equivocado domínio muitas vezes exercido pelo homem na relação afetiva ou profissional. Esse domínio muitas vezes expõe a mulher a uma condição de submissão e de violência, cabendo ao Estado intervir preventivamente para equilibrar essa relação entre os sexos.

Por essas razões, conto com o apoio dos meus nobres pares para a aprovação desta proposição, como mais um instrumento de combate à violência contra a mulher.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Direitos Humanos para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

## **PROJETO DE LEI 3.206/2012**

Dá a denominação de Presídio Dr. Nelson Pires ao presídio localizado no Município de Oliveira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° - Fica denominado Presídio Dr. Nelson Pires o presídio localizado no Município de Oliveira.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de maio de 2012.

Gustavo Valadares

Justificação: Esta proposição tem por objetivo dar denominação ao presídio localizado no Município de Oliveira, o qual passaria a chamar-se Presídio Dr. Nelson Pires, como forma de homenagear esse advogado e ilustre figura pública e de demonstrar-lhe respeito.

Nascido na cidade de Oliveira em 14/12/40, filho de José Pires e Vênera Pellegrino Pires, depois de cumprir seus estudos iniciais em Oliveira, graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em 1968.



Em 1970 casou-se com Diva Célia Lobato Pires, com quem teve dois filhos: Frederico e Juliana. Por sua benevolência e desprendimento criou com zelo e amor mais outros três: Lília, Marília e Marcelo.

O Dr. Nelson Pires foi professor de Moral e Cívica na Escola Normal de Oliveira e de Direito Civil na Escola Estadual Prof. Mário Campos e Silva e teve atuação marcante como membro e Diretor de diversas entidades do Município.

Foi Vereador entre 1997 e 2000 e Presidente da 68ª Subseção da ordem dos Advogados do Brasil por 34 anos, até seu falecimento, em 2009.

Exerceu a profissão de advogado com competência, dedicação e paixão, tornando-se conhecido pelos serviços gratuitos prestados, sendo chamado por muitos de Pai dos Pobres.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Segurança Pública, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 3.207/2012

Dispõe sobre transporte de minérios, pedras, areia, brita e similares nas rodovias estaduais e no âmbito do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam as empresas mineradoras obrigadas a fazer a lavagem dos caminhões antes que estes adentrem as rodovias asfaltadas, evitando-se o enlameamento das pistas de rolamento, deterioramento do capeamento asfáltico e das placas de sinalização, fatos motivadores de acidentes, que, além do prejuízo material, colocam em risco a integridade da vida humana.

Art. 2º - Os veículos que transportarem minérios, pedras, britas, areia ou assemelhados ficam obrigados a cobrir toda a carga, evitando-se o derramamento do material transportado nas pistas de rolamento.

Art. 3º - Incumbe ao Poder Executivo editar normas fiscalizadoras e penalidades pelo não cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de maio de 2012.

Liza Prado

Justificação: O que vemos em nossas rodovias, nos trechos em que as mineradoras utilizam para o escoamento do minério, é um enlameado do piso das rodovias, provocando derrapagens, ocasionando a aspersão de lama nos para-brisas dos veículos que por ali transitam, além da sujeira causada pela barro que jorra das carrocerias e caçambas dos caminhões transportadores. O material jogado na pista traz ainda consequências imprevisíveis, que vão desde a quebra de para-brisa e faróis até atingir pessoas que transitam por nossas rodovias.

Esse descaso em manter limpas e transitáveis nossas rodovias, por atitudes que deveriam ser tomadas para evitar a perda da segurança, com a dificuldade da visibilidade, o que provoca acidentes, mutiladores e as vezes fatais, é que nos leva a apresentar este projeto, propondo minorar as dificuldades de quem transita por trechos onde os caminhões são os todo-poderosos, e as mineradoras, que extraem e vendem o minério, utilizam nossas rodovias como sendo suas propriedades particulares, sem delas cuidar e muito menos zelar para não causar danos em sua utilização da maneira que o fazem.

Por esse motivo, conto com os nobres pares desta Casa para a aprovação deste projeto de grande alcance social.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Transporte para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 3.208/2012

Dispõe sobre o tempo máximo de espera para a venda de ingressos em eventos culturais, artísticos, esportivos e de lazer realizados no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam os estabelecimentos responsáveis pela promoção de eventos culturais, artísticos, esportivos e de lazer, de caráter público ou privado, realizados no Estado por meio de aquisição onerosa de ingressos, obrigados a disponibilizar pessoal suficiente e necessário para que o atendimento na venda de ingresso seja efetivado no tempo máximo de vinte minutos de espera.

Parágrafo único - O disposto nesta lei se aplica tanto à venda no local do evento quanto nos pontos de venda instalados em outras localidades, ainda que em cidades diversas, respeitado, em todo o caso, o horário de funcionamento do setor de vendas, previamente divulgado pelo estabelecimento responsável pelo evento.

Art. 2º - O controle do atendimento caberá exclusivamente ao estabelecimento responsável pelo evento, mediante a emissão de senhas distribuídas na fila aos interessados na compra do ingresso ou por outro meio admissível de prova, cabendo a este efetivamente comprovar o cumprimento desta lei em face da inversão do ônus da prova em favor do consumidor.

Art. 3º - A infração às disposições desta lei acarretará ao infrator multa em conformidade com o que estabelece a legislação pertinente a espécie, aplicada em dobro em caso de reincidência contra o mesmo consumidor, a ser aplicada pelos órgãos de defesa do consumidor e revertida para programas de proteção e defesa do consumidor, não obstante as demais aplicações do Código de Defesa do Consumidor, cabendo aos órgãos de Defesa do Consumidor a fiscalização do cumprimento das disposições desta lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de maio de 2012.

Liza Prado

Justificação: A relação de consumo estabelecida entre a empresa promotora de um show ou outro tipo de evento e o seu público-alvo não pode ficar à mercê da boa vontade do empresário, sendo absurda a demora na fila para a aquisição de ingressos de alguns eventos de grande porte em nosso Estado. Mesmo ações simples, como ir ao teatro ou ao cinema, podem se tornar um grande



transtorno, pois muitas vezes nos deparamos com uma injustificada demora no atendimento para compra de um simples ingresso, sem ter com quem reclamar ou mesmo um instrumento hábil para coibir tal tipo de conduta contra os direitos do consumidor.

Dessa forma, esta proposição visa instrumentalizar o consumidor contra esses abusos, não para que este obtenha algum tipo de vantagem, mas sim para que o estabelecimento se sinta desestimulado a permitir tal desrespeito ao seu público-alvo. O objetivo não é premiar o consumidor e sim punir a infração contra ele cometida pelo estabelecimento, pelo que conto com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### **PROJETO DE LEI Nº 3.209/2012**

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores dos Bairros São João Batista e Novo Horizonte de Cruzília, com sede no Município de Cruzília.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores dos Bairros São João Batista e Novo Horizonte de Cruzília, com sede no Município de Cruzília.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de maio de 2012.

Antônio Carlos Arantes

Justificação: A Associação de Moradores dos Bairros São João Batista e Novo Horizonte de Cruzília foi fundada em 2010, com o intuito de promover a proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e dos idosos, a inclusão social da criança e do adolescente, e das pessoas com deficiência física, e de promover atividades voltadas à preservação do meio ambiente.

Também são finalidades da Associação combater a fome e a pobreza, bem como dar apoio a projetos destinados a esse fim, criar e manter cursos profissionalizantes e promover o voluntariado.

Como apresenta os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, solicitamos a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### **PROJETO DE LEI Nº 3.210/2012**

Declara de utilidade pública a Federação de Associações de Artesãos e Produtores Caseiros do Sul e do Sudoeste Mineiro - Fedart -, com sede no Município de Itaú de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Federação de Associações de Artesãos e Produtores Caseiros do Sul e do Sudoeste Mineiro - Fedart, com sede no Município de Itaú de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de maio de 2012.

Antônio Carlos Arantes

Justificação: A Federação de Associações de Artesãos e Produtores Caseiros do Sul e do Sudoeste Mineiro - Fedart -, com sede no Município de Itaú de Minas, fundada no ano de 2000, tem como objetivos principais prestar serviços que possam contribuir para a promoção e o fomento das explorações artesanais e manufaturas caseiras de suas associações; promover o fortalecimento, a integração e a representação das associações que dela participam junto às autoridades e poderes públicos, bem como perante outras organizações, públicas ou privadas, inclusive de âmbito internacional.

De mais a mais, a Fedart visa, além dos supracitados objetivos, incrementar a educação associativista e a prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e a racionalização das exportações artesanais e manufaturas caseiras, buscando manter a integração e a unidade de suas associadas.

Além disso, apresenta os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual solicitamos a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### **REQUERIMENTOS**

Nº 3.199/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Cachoeira de Minas pelo transcurso do 88º aniversário desse Município. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.200/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Ana Laura Pereira por sua participação no Projeto Água Limpa, que tem como objetivo o reaproveitamento do óleo residual para a produção de biocombustíveis. (- À Comissão de Educação.)

Nº 3.201/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Maria da Fé pelo transcurso do 100º aniversário desse Município. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.202/2012, da Deputada Liza Prado, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a PMMG pelo transcurso de seu 237º aniversário. (- À Comissão de Segurança Pública.)



Nº 3.203/2012, da Deputada Liza Prado, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os funcionários e a diretoria da Cooperativa Agropecuária de Uberlândia Ltda. por seus 50 anos de trabalho. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 3.204/2012, da Deputada Liza Prado, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Frigorífico BRF - Brasil Foods S.A. de Uberlândia por sua habilitação sanitária e veterinária, concedida pelo governo da China, como o único frigorífico mineiro apto a exportar carne suína para esse país. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 3.205/2012, da Deputada Liza Prado, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Bom Despacho pelos 100 anos de fundação desse Município. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.206/2012, do Deputado Jayro Lessa, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Corporação Musical União Itabiriteense pelo transcurso de seu 82º aniversário. (- À Comissão de Cultura.)

Nº 3.207/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre os valores gastos para a manutenção de pessoas privadas de liberdade no sistema prisional do Estado, discriminando-se o valor por unidade prisional e por interno.

Nº 3.208/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre o cumprimento da Recomendação Caocrim nº 8, de 28/2/2012, encaminhada pelo Ministério Público, em que requisita a criação de 700 vagas em déficit no sistema prisional.

Nº 3.209/2012, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à PMMG pedido de informações, com cópia dos relatórios reservados de inteligência que estão sob a guarda do Cap. PM Eduardo Araújo Rocha da Costa, do 2º Batalhão da PMMG em Juiz de Fora, relativas a atividades do crime organizado nesse Município, com a participação de policiais civis e militares. (- Distribuídos à Mesa da Assembleia.)

Nº 3.210/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Ten.-Cel. Ronan Gouveia, Comandante do 39º Batalhão da PMMG; com o Cap. Danteskan Serra Soares, Comandante da 84ª Companhia Militar da PMMG; com o Maj. Flávio Donato da Silva, Comandante da 26ª Companhia da PMMG; com o Cap. Paulo Roberto Alves Pereira, Comandante do Pelotão de Choque da 1ª Companhia de Missões Especiais, e com os 300 policiais militares que menciona, pelo trabalho de prevenção e proteção dos foliões por ocasião da 20ª edição do carnaval fora de época Banda Mole, no Município de Contagem.

Nº 3.211/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 207ª CIA TM / 24º BPM e na 106ª CIA ENS TREIN / 8º BPM, pela atuação em sítio situado no Município de Varginha, que culminou na apreensão de drogas, armas, dinheiro e na prisão em flagrante delito dos nove envolvidos.

Nº 3.212/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à PMMG pedido de providências para a garantia de equipamentos necessários nas ações de segurança pública no Município de Várzea da Palma.

Nº 3.213/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Polícia Civil pedido de providências para a designação de um Delegado e a garantia de equipamentos necessários para as ações de segurança pública no Município de Várzea da Palma.

Nº 3.214/2012, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que solicita seja encaminhado ao Detran-MG pedido de providências para a implantação de centros de atendimento desse órgão nas cidades-polo do Estado e o deslocamento da banca examinadora ao interior do Estado.

Nº 3.215/2012, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de providências para viabilizar a isenção de ICMS sobre as adaptações dos veículos para pessoas com deficiência.

Da Comissão de Esporte em que solicita a implantação de programa de ginástica laboral para os servidores do Legislativo, com o objetivo de atenuar os riscos de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho e de promover a integração entre eles.

Do Deputado Célio Moreira em que solicita a anexação ao Projeto de Lei nº 2.382/2012 do croqui que encaminha.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos das Comissões de Transporte (2), de Assuntos Municipais, de Defesa do Consumidor, de Participação Popular (3), de Turismo, de Direitos Humanos, de Política Agropecuária e de Segurança Pública e dos Deputados Fred Costa, Adelmo Carneiro Leão e Carlin Moura, André Quintão, Paulo Guedes e Célio Moreira.

### **Comunicações**

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Administração Pública, de Meio Ambiente, de Esporte, de Saúde, de Educação e de Direitos Humanos e do Deputado Duarte Bechir.

### **Oradores Inscritos**

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva profere discurso, que será publicado em outra edição.

### **Registro de Presença**

O Sr. Presidente (Deputado Rômulo Viegas) – Atendendo à solicitação do Deputado Rogério Correia, a Presidência registra a presença, nas galerias, do Sr. Francisco Fagundes de Freitas, o Guido, Prefeito Municipal de São José da Lapa. Seja bem-vindo ao Parlamento mineiro. Com a palavra, a Deputada Luzia Ferreira.

- A Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Carlos Mosconi e João Leite proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

## **2ª Parte (Ordem do Dia)**

### **1ª Fase**

### **Abertura de Inscrições**

A Sra. Presidente (Deputada Liza Prado) - Esgotado o prazo destinado a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

### **Comunicação da Presidência**

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 3.210 a 3.213/2012, da Comissão de Segurança Pública, e 3.214 e 3.215/2012, da Comissão da Pessoa com Deficiência. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

### **Leitura de Comunicações**

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Administração Pública – aprovação, na 7ª Reunião Ordinária, em 29/5/2012, do Requerimento nº 3.146/2012, do Deputado Neilando Pimenta; de Meio Ambiente – aprovação, na 11ª Reunião Ordinária, em 29/5/2012, do Requerimento nº 3.075/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; de Esporte – aprovação, na 15ª Reunião Ordinária, em 29/5/2012, dos Projetos de Lei nºs 3.080/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel, e 3.101/2012, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; de Saúde – aprovação, na 15ª Reunião Ordinária, em 30/5/2012, do Projeto de Lei nº 3.075/2012, do Deputado Zé Maia, e dos Requerimentos nºs 3.077/2012, do Deputado Jayro Lessa, 3.092/2012, da Comissão de Segurança Pública, e 3.147/2012, da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack; de Educação – aprovação, na 11ª Reunião Ordinária, em 30/5/2012, do Projeto de Lei nº 2.579/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e dos Requerimentos nºs 2.975, 3.048 e 3.049/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2.997/2012, do Deputado Carlin Moura, 3.029/2012, do Deputado Duílio de Castro, 3.037, 3.038, 3.055 a 3.057, 3.063 a 3.065/2012, da Comissão de Participação Popular, 3.078 e 3.079/2012, do Deputado Marques Abreu, e 3.081/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel; e de Direitos Humanos – aprovação, na 15ª Reunião Ordinária, em 30/5/2012, dos Requerimentos nºs 3.052, 3.060 e 3.062/2012, da Comissão de Participação Popular, e 3.082 e 3.083/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel (Ciente. Publique-se.).

### **Despacho de Requerimentos**

- A seguir, a Sra. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Célio Moreira em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.184/2011 (Arquive-se o projeto.); e, nos termos do inciso VI do art. 232 c/c o art. 141 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Fred Costa em que solicita a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 58/2011.

### **Discussão e Votação de Pareceres**

A Sra. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.060/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.969, de 26/12/2011, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

- O Deputado Rogério Correia profere discurso, que será publicado em outra edição.

A Sra. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

- Os Deputados Rogério Correia, Sávio Souza Cruz e Elismar Prado proferem discursos, encaminhando a votação da matéria, que serão publicados em outra edição.

A Sra. Presidente - Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.060/2012. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.061/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.960, de 23/12/2011, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

- O Deputado Rogério Correia profere discurso, que será publicado em outra edição.

A Sra. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.061/2012. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.062/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Corporação Andina de Fomento - CAF - e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

- O Deputado Rogério Correia profere discurso, que será publicado em outra edição.

A Sra. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

- Os Deputados Rogério Correia e Adalclever Lopes proferem discursos, encaminhando a votação da matéria, que serão publicados em outra edição.

A Sra. Presidente - Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.062/2012. À sanção.

### **Votação de Requerimentos**

A Sra. Presidente - Requerimento da Comissão de Participação Popular em que solicita à Coordenação Regional da Funai de Governador Valadares informações sobre a elaboração de estudo antropológico da comunidade indígena krenak, no Município de Resplendor. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Participação Popular em que solicita à Funai informações sobre as atividades dessa Fundação relacionadas à manutenção das manifestações culturais dos povos indígenas, notadamente os de Minas Gerais. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Participação Popular em que solicita ao Ministério da Cultura informações sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério relacionadas à manutenção das manifestações culturais dos povos indígenas, notadamente os de Minas Gerais. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Direitos Humanos em que solicita à OAB-MG de Belo Horizonte e à OAB-MG de Mariana informações sobre os trâmites processuais do Processo Disciplinar nº 5.441/2008, em que figura como representante o Sr. Carlos Henrique Pereira, que tem como advogado Cristiano Henrique de Oliveira, conforme justificativa anexa a este requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Política Agropecuária em que solicita ao Sr. Wesley Batista, Presidente do Grupo JBS Friboi, providências no sentido de promover um estudo de viabilidade de sua expansão para as atividades de suinocultura e avicultura no Município de Ituiutaba. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Transporte em que solicita ao DNIT informações referentes à revitalização do Anel Rodoviário, especificamente sobre se consta no projeto a alça para ligação entre o Anel Rodoviário e a Rodovia MG-5. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Transporte em que solicita à Presidência da MRS Logística S.A. providências para que elabore projetos e os execute em parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, com o objetivo de alcançar o gabarito de 6 metros e alargar o pontilhão localizado na Rua Hum, na confluência com a Rua Flor de Pitangueira, no Bairro Independência, na região do Barreiro; para que estude a possibilidade de implantação de horários alternativos em que circulem as composições férreas na localidade, já que estas passam à 1h e às 3h da manhã; e para que estude a viabilidade de implantação de uma passagem inferior de veículos, interligando a Rua Cinco à Avenida Serrinha, no Bairro Independência. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Defesa do Consumidor em que solicita ao Crea-MG informações sobre a realização ou não do recolhimento de ART para a obra do BRT no Município de Belo Horizonte. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais em que solicita à Superintendência Regional da Caixa Econômica Federal em Minas Gerais informações sobre a execução do Programa Minha Casa, Minha Vida em Minas Gerais, tendo em vista a estagnação do Programa no Estado. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Turismo em que solicita ao Conselho Federal de Administração informações sobre as denúncias do Instituto Brasileiro de Turismólogos a respeito da tentativa do referido Conselho de regulamentar de forma indevida a carreira de bacharel em Turismo. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Segurança Pública em que solicita ao Comando da 4ª Região Militar informações sobre ocorrências de furtos, roubos ou extravios de explosivos, cordel, espoletas e artefatos, especificando as respectivas quantidades nos últimos 5 anos. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento dos Deputados Adelmo Caneiro Leão e Carlin Moura em que solicitam que o Projeto de Lei nº 3.128/2012 seja distribuído à Comissão de Educação. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento do Deputado André Quintão em que solicita que o Projeto de Lei nº 3.077/2012 seja distribuído à Comissão de Esporte. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento do Deputado Paulo Guedes em que solicita que o Projeto de Lei nº 2.050/2011 seja distribuído à Comissão de Fiscalização Financeira. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

### **Encerramento**

A Sra. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 31, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

## **ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/5/2012**

### **Presidência do Deputado Inácio Franco**

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado Tiago Ulisses; aprovação - Questão de ordem - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.060/2012; discurso do Deputado João Leite; questão de ordem - Encerramento.



## Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - Inácio Franco - Jayro Lessa - Adelmo Carneiro Leão - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Doutor Viana - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Às 14h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### Ata

- O Deputado Jayro Lessa, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado Tiago Ulisses.

O Deputado Tiago Ulisses - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar a Assembleia Legislativa pela reunião especial em homenagem ao centenário do Colégio Arnaldo, essa tradição de Minas Gerais e de Belo Horizonte. Tive a alegria de frequentar, durante vários anos, essa instituição, da qual fui vizinho. Sou, portanto, testemunha da seriedade de seus profissionais. Gostaria de cumprimentar também a família Moreira Salles, visto que hoje Walther Moreira Salles, homem que honrou Minas Gerais e especialmente o Sul de Minas, completaria 100 anos. Ele é oriundo de Cambuí, onde eu e o Deputado Dalmo estivemos na semana passada, por ocasião do aniversário de 120 anos da cidade. A família Moreira Salles saiu de Cambuí, foi para Pouso Alegre e, depois, para Poços de Caldas, onde fundou a Casa Bancária Moreira Salles. O Dr. Walther Moreira Salles foi Ministro, Embaixador, banqueiro e também um grande incentivador da cultura nacional. Em nome da sua família, quero registrar, nos anais da Assembleia de Minas, o centenário do nascimento de Walter Moreira Salles. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

## Questão de Ordem

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero manifestar também a nossa alegria e fazer coro com as palavras do Deputado Tiago Ulisses ao cumprimentar a família Moreira Salles. Devo dizer a V. Exa., Deputado Inácio Franco, que a nossa comissão, a comissão que cuida dos direitos da mulher, acaba de chegar de Ipatinga. Pela manhã, participamos, na Câmara Municipal, de uma importante audiência pública promovida pela Deputada Rosângela Reis, que é da cidade. Na oportunidade, contamos com a participação da Câmara Municipal e de todas as autoridades que estão num processo de discussão deste importante tema: "Violência contra as mulheres". Quero destacar que essa comissão especial, em pouco tempo de atividade, fez um diagnóstico perfeito da realidade, trabalhando sempre em sintonia com o Ministério Público, com a Defensoria Pública e com o Tribunal de Justiça. Hoje não foi diferente; ouvimos todos os segmentos, com propostas de ações e com menções propositivas. Quero fazer esse registro e saudar, na pessoa da Deputada Rosângela Reis, todo o Município de Ipatinga por esse encontro. Tenho certeza de que essa comissão, que tem como relatora a Deputada Luzia Ferreira, poderá, após o encerramento dos trabalhos, apresentar importantes proposições ao Estado e ao Município. São essas as nossas considerações. Obrigado, Sr. Presidente.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

## Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de nº 3.060/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.969, de 26/12/2011, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opinou pela rejeição das Emendas de nºs 2 e 3. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite\* - Sr. Presidente, Deputado Inácio Franco, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, temos a mensagem do Governador referente ao Projeto de Lei nº 3.060/2012, que está tramitando na Assembleia Legislativa com o parecer das comissões. Ele trata de uma operação de crédito, de um empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Não são, portanto, recursos do governo federal vindos para Minas Gerais a fundo perdido. Ao contrário, Minas pagará por esse empréstimo. É interessante notar que o Estado tem investido muito desde 2003: dos R\$23.000.000.000,00, R\$19.000.000.000,00 são recursos próprios. É importante trazer esses dados verdadeiros para a população mineira. Todo investimento tem sido do próprio Estado, do povo de Minas Gerais.

Nesse momento, temos uma grande perda, pois o governo federal está abrindo mão de impostos. Quando abre mão do IPI, Estados e Municípios recebem menos. Conversava ontem com o proprietário de uma concessionária de automóveis de Belo Horizonte, que me disse que, nos últimos dias, tinha um estoque de 400 veículos e, com a desoneração do imposto, vendeu 200 veículos, Deputado Glaycon Franco. Sabem quanto o Estado de Minas Gerais e o Município de Belo Horizonte receberão? Nenhum centavo, Deputado



Bosco. Não tenho os números das outras concessionárias – iremos levantá-los -, mas, de acordo com essa informação, teremos mais 200 veículos nas ruas. Deputado Inácio Franco, já não andamos nas ruas de Belo Horizonte devido ao acúmulo de automóveis. E o governo federal faz a desoneração e coloca, somente de uma empresa, em três dias, 200 novos veículos nas ruas, sendo que o Estado e a Prefeitura não recebem nenhum centavo. É interessante fazer essa análise, porque o que tem sido investido no Estado de Minas Gerais, apesar da desoneração de impostos e da falta de investimentos, é oriundo do próprio Tesouro. Repito os números: desde 2003, R\$19.000.000.000,00, dos R\$23.000.000.000,00, são recursos do próprio Estado.

O que votaremos neste Plenário é um empréstimo a ser pago pelo governo de Minas. Para que servirão esses recursos emprestados pelo BNDES? Imaginem, para a mobilidade urbana.

Essa mobilidade é afetada por esse grande número de veículos vendidos. Duzentos veículos foram vendidos por apenas uma concessionária. O Estado de Minas contrata um empréstimo no BNDES para dar mobilidade a esses veículos. Estamos no Brasil. Sem dúvida nenhuma, isso não mereceu nenhum planejamento do governo federal, que está impondo a Estados e Municípios essa mobilidade. Deputado Glaycon Franco, que tão bem representa nossa Conselheiro Lafaiete, sabe que a cidade vem crescendo a números impressionantes. Conselheiro Lafaiete, sua terra, cresce a números impressionantes. Apesar de as cidades do entorno receberem muitos investimentos, Conselheiro Lafaiete não suportará esse crescimento da região. Portanto, temos agora o Estado de Minas contratando empréstimo para gerar mobilidade urbana, porque o governo federal não faz isso. Faço uma homenagem ao Deputado Gustavo Valadares, pois, na gestão de seu pai, Ziza Valadares, Presidente do metrô, foram inauguradas as últimas nove estações. Portanto, o governo federal, ao não investir em mobilidade urbana, ao desonerar os impostos que os governos estaduais e municipais deveriam usufruir, obriga o Estado de Minas Gerais a buscar empréstimo junto ao BNDES. O governo de Minas pagará ao BNDES. Qual a finalidade do dinheiro que o nosso Estado está contratando do BNDES? Mobilidade urbana. Dizia, Deputado Gustavo Valadares, que, depois dessa desoneração do IPI, somente uma concessionária de Belo Horizonte vendeu 200 veículos. Cinquenta e dois veículos, no sábado, pela manhã, foram vendidos. Apenas uma concessionária vendeu 52 veículos no sábado. Quanto recebeu o Estado? Zero. Quanto recebeu o Município de Belo Horizonte? Zero. Quanto receberá Conselheiro Lafaiete, que tem muitas concessionárias? Zero. Ficarão tudo sob a obrigação de Belo Horizonte, de Conselheiro Lafaiete e de Minas Gerais. Minas Gerais tem de construir mobilidade urbana. Como Minas Gerais fará isso? Buscando empréstimos. Minas Gerais tem de buscar dinheiro para comportar os carros comprados por causa da desoneração do IPI.

Com muito prazer, concedo aparte ao grande líder de Conselheiro Lafaiete e região, Deputado Glaycon Franco.

O Deputado Glaycon Franco (em aparte) - Deputado João Leite, imprensa, nosso querido Presidente; sua fala, Deputado João Leite, é de mãe, pois tem uma lucidez ímpar. V. Exa. aborda o tema com a maior propriedade possível. Estamos com a BR-040 parada, com filas quilométricas, por causa de um acidente sem vítimas. Não existe manutenção, uma concessionária para dar cuidar dessas rodovias. Estão ali motoristas de ambulâncias querendo perder o juízo, porque não conseguem fazer nada. A BR-040 está totalmente parada. Pela Raja Gabaglia, gastamos mais de uma hora para chegar à Assembleia. A situação é calamitosa. É uma vergonha essa situação. Nosso governo tem de buscar empréstimos para facilitar a mobilidade. Em contrapartida, nosso governo federal desonera impostos, fazendo com que a frota aumente, sem criar infraestrutura. Deveríamos estar investindo em ferrovias, metrôs e outras vias de acesso, que poderiam desonerar o trânsito. Seu pronunciamento é de extrema lucidez. Gostaria de fazer coro com as palavras do nobre Deputado.

O Deputado João Leite\* - Obrigado, Deputado Glaycon Franco, que usou hoje a BR-040 para chegar à Assembleia Legislativa. Deputado, quero informar-lhe que esse empréstimo que Minas está buscando não poderá ser investido na BR-040, pois o investimento nessa rodovia tem que ser do governo federal mesmo. Lamentavelmente não temos investimentos. Com muito prazer, concedo aparte ao Deputado Lafayette de Andrada, nosso Líder.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Caro Deputado João Leite, quero aqui parabenizar V. Exa. pelas exposições e também quero fazer aqui uma reflexão sobre um fato curioso. O governo federal, preocupado naturalmente com a crise econômica internacional – e precisa estar mesmo - e procurando uma maneira de aquecer o comércio aqui dentro, retirou e abaixou o IPI dos veículos. Os integrantes do governo não falam e não comentam que, na verdade, fazem gracinha com o chapéu alheio, porque o IPI é um dos impostos que a União divide com Estados e Municípios. Em vez de ela retirar os tributos que são somente dela, ela abaixa os que são divididos com os Estados e Municípios. Isso acarretará, por um lado, o aquecimento do consumo de automóveis e, por outro, a diminuição dos recursos para Estados e Municípios.

Pergunto ao Deputado João Leite se está sobrando dinheiro nos Municípios. Quais são as missões e os encargos que o governo federal impõe aos Municípios? Todos sabemos da luta de cada Município para dar o mínimo de saúde, educação, segurança à população. Sabemos que os recursos não existem, e agora vem a União e reduz o IPI. Ou seja, na prática ele está reduzindo os recursos que repassa aos Municípios. Ora, se a União, se o governo federal, o governo do PT, quer realmente aquecer o comércio e a indústria, se quer melhorar a vida do povo brasileiro, que faça isso com recursos próprios, e não com recursos dos Municípios e dos Estados. Essa é a grande incongruência. Ela vem, faz um discurso bonito, mas, na verdade, os Prefeitos e cidadãos de cada Município é que sofrerão com a redução do IPI. Ou seja, o governo federal está fazendo gracinha com o chapéu alheio.

Muito obrigado, Deputado João Leite, por me conceder esse minuto para fazer essa reflexão.

O Deputado João Leite\* - Eu é que lhe agradeço, Deputado Lafayette de Andrada. V. Exa. dá consistência a este discurso, que fazemos da tribuna da Assembleia nesta tarde e que chama a atenção da população de Minas Gerais, de Belo Horizonte, das nossas cidades para o que vivemos neste momento, que é o risco de um desmanche da Federação. A Federação está em risco com as medidas que o governo federal tem tomado.

### **Questão de Ordem**

O Deputado João Leite - Deputado Inácio Franco, gostaria de continuar esta discussão, mas vejo que, neste momento, a reunião está esvaziada. Queria solicitar a V. Exa. que encerrasse de plano a reunião e garantisse meu tempo para a reunião extraordinária de logo mais, às 20 horas. É possível, Sr. Presidente?

### **Encerramento**

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

\*- Sem revisão do orador.

## **ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/5/2012**

### **Presidência do Deputado José Henrique**

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questão de ordem - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.060/2012; discurso do Deputado João Leite; questões de ordem; chamada para a recomposição do número regimental; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos; Encerramento - Ordem do dia.

### **Comparecimento**

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Adelmo Carneiro Leão - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

### **Abertura**

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### **1ª Parte**

#### **Ata**

- O Deputado Fábio Cherem, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

#### **2ª Fase**

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

### **Questão de Ordem**

O Deputado Rômulo Viegas - Muito obrigado, Deputado José Henrique. Venho aqui nesta noite externar meus sentimentos de agradecimento e parabenizar os membros da comissão especial da renegociação da dívida pública do governo de Minas. Gostaria de cumprimentar o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão; o Deputado Carlin Moura, que também assinou o documento que levou à criação dessa comissão; e nosso Líder Deputado Bonifácio Mourão, que foi o relator de hoje. Foi um debate altamente exaustivo e importante para a renegociação da dívida pública de Minas Gerais. O mencionado documento será entregue agora ao Presidente da Casa, Deputado Dinis Pinheiro, que o levará à próxima reunião da Unale. Então, vale a pena registrar para todos que estão nos assistindo que a Assembleia Legislativa é vanguarda nesse processo, adiantou-se nesse aspecto. Na verdade, não é apenas Minas Gerais que tem essa dívida pública com a União, mas sim vários Estados brasileiros. Portanto, nessa reunião da Unale, que acontecerá em Natal, será apresentado esse relatório parcial da comissão especial do Parlamento mineiro sobre a dívida para que possamos iniciar a possível renegociação com o governo federal. A Presidente Dilma já sinalizou essa possibilidade, e não podemos perder essa grande oportunidade porque, sem dúvida alguma, ao conseguirmos essa renegociação, teremos mais recursos públicos para investimentos em vários setores e segmentos da sociedade mineira e também dos demais Estados da Federação. Simultaneamente, gostaria de externar a preocupação com a isenção dada recentemente ao IPI incidente sobre os produtos automobilísticos no Brasil. Essa medida está levando a um excesso de consumo e, paralelamente, diminuindo de forma acentuada os recursos das prefeituras brasileiras, em especial, as mineiras. Já há levantamento mostrando que as prefeituras vão perder muito na sua receita proveniente do Fundo de Participação dos Municípios. Então, estamos acionando a confederação nacional dos Prefeitos para que encontremos uma porta aberta junto ao governo federal e aos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, a fim de que as prefeituras brasileiras e as mineiras possam ter uma recomposição dessa perda, que é lamentável, porque estamos vendo a dificuldade dos gestores públicos municipais em atender as demandas da população. Portanto, são essas duas coisas de extrema importância que eu queria deixar registradas aqui nos anais da Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.



### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.060/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.969, de 26/12/2011, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3. Continua em discussão o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado João Leite, que ainda dispõe de 17min18s para o seu pronunciamento.

O Deputado João Leite\* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Srs. Deputados, retomo a discussão do Projeto de Lei nº 3.060/2012, lembrando a todos que esta é uma reunião extraordinária e que amanhã, às 9 horas, haverá outra reunião extraordinária para tratar desses projetos que aguardam a votação do Plenário. São projetos importantes para o governo de Minas.

Gostaria de saudar o meu líder, Deputado Hely Tarquínio, que, na semana passada e desta tribuna, fez um pronunciamento lembrando os bons tempos de Líder da Oposição nesta Casa e reverenciando Fernando Henrique Cardoso, que recentemente recebeu um prêmio do Congresso dos Estados Unidos de US\$1.000.000,00 pela contribuição à assistência social na América. Mas continuo com a perplexidade natural que temos neste país ao vermos o enfraquecimento cada vez maior da nossa Federação. Hoje, Deputado Adelmo Carneiro Leão, tive a oportunidade de conversar com vários Presidentes de comissões de segurança pública das assembleias e de discutir vários temas. Discutimos com esses Deputados a questão do tráfico de drogas e tantas outras situações e mazelas que estamos vivendo.

Atento à vida brasileira, Deputado Adelmo Carneiro Leão, imagine que estamos sendo assolados por esses roubos a caixas eletrônicos. Na audiência que realizamos aqui, o Delegado da Polícia Federal nos informava que, nas ruas de "Ciudad del Este", são vendidas bananas de dinamite. Veja a complexidade da questão da segurança nacional em que vivemos.

Vejo que V. Exa., Deputado Adelmo Carneiro Leão, está próximo ao microfone e imagino que deseja fazer parte dessa discussão. Com muito prazer, concedo a V. Exa. um aparte.

O Sr. Presidente - Peço ao Deputado João Leite que trate da matéria do Projeto de Lei nº 3.060/2012, isto é, do assunto referente ao projeto. Não estamos discutindo a questão da segurança pública, mas o empréstimo do Banco BNDES.

O Deputado João Leite\* - Gostaria de ponderar a V. Exa., Deputado José Henrique, que, ao tratar de Federação ou de empréstimo a um banco de desenvolvimento, estamos tratando de todas as necessidades.

Com todo o respeito que tenho por V. Exa., lembro que a matéria de que trato agora e que está na mensagem encaminhada pelo Governador, fala justamente desse empréstimo para a mobilidade urbana e para a segurança pública. Portanto, terei o cuidado de não sair do tema, mas penso estar nele, já que esse empréstimo alcançará a segurança pública. Concedo um aparte ao Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Muito obrigado. Com o devido alerta do nosso Presidente, tratarei exatamente sobre a segurança pública e sobre os investimentos tão importantes, necessários e urgentes nessa área, até porque, Deputado João Leite, nessa semana que passou, tivemos a oportunidade de participar de uma audiência pública, realizada por minha solicitação, sobre o enfrentamento do "crack" e a dependência química, que são enormes desafios para o nosso país. Talvez esse seja o mal do milênio, ao causar tanto sofrimento e tanta angústia, trazendo prejuízos em vários sentidos – financeiro, material, pessoal – a jovens, a famílias, que se desagregam, e à sociedade, que vive um estado de violência muito grande. Os investimentos nessa área são extremamente importantes e urgentes. Investimentos de toda ordem e de todos. Investimentos financeiros são importantes, mas os investimentos humanos também são necessários para enfrentarmos essa situação.

V. Exa. hoje inicia o debate sobre o endividamento do Estado e suas razões. Também hoje, Sr. Presidente, Deputado José Henrique, acabamos de encerrar uma reunião importante que debateu as dívidas do Estado, que são múltiplas e graves. E levantamos, Deputado João Leite, a necessidade urgente de irmos à origem desse endividamento. Por que o Estado se endividou tanto? Sabemos algumas das razões disso, como os índices de correção inadequados e os juros elevados. Sabemos que o comprometimento financeiro do Estado não lhe permite saldar essa dívida num tempo curto ou mesmo num tempo longo. O que vemos é que o endividamento do passado chega ao presente de maneira esmagadora, comprometendo o nosso presente e inviabilizando o nosso futuro, o futuro do nosso Estado e do nosso País. E isso não é apenas uma questão dos Estados brasileiros com a União, mas é um endividamento público de modo geral, que queremos debater e aprofundar cada vez mais.

Quero falar da minha preocupação, da minha inquietude diante da situação posta hoje. O Estado nos solicita, mais uma vez, um empréstimo. E não só o Estado de Minas, mas os Estados, de modo geral, estão endividados além de sua capacidade de pagamento. Será que teremos prosperidade, melhoraremos a mobilidade e enfrentaremos a violência tomando dinheiro emprestado? Estou aqui para fazermos uma reflexão, para a qual Abraham Lincoln já nos chamava há 200 anos, dizendo que não se teríamos prosperidade com dinheiro emprestado. Trago aqui a reflexão sobre esse momento tão importante da vida do Estado de Minas Gerais, sobre os desafios que temos que enfrentar neste momento para cuidarmos dessa situação. Que tipo de empréstimo é esse? Que resultado ele nos trará daqui a dois ou três anos? Vimos algo muito grave: quando a principal dívida do Estado foi feita, o discurso era que isso foi muito bom na época ou que era o possível a ser feito. O problema é que, quando contraímos uma dívida, não a projetamos apenas para o momento; não é apenas uma questão conjuntural, é uma questão que atravessa gerações, como é o caso desse endividamento. O que estamos vendo é que aquilo que eventualmente foi o possível, que foi bom naquele momento, está se mostrando agora como algo péssimo, que temos que mudar. Que empréstimo estamos fazendo? Temos que ter cuidado para não analisarmos somente os juros. Temos que analisar, também, a nossa capacidade de pagamento. Temos que analisar a capacidade de esses investimentos serem aplicados com correção, com transparência e com honestidade onde é mais necessário, onde possamos ter resultados efetivos para que, depois desse governo, não sobrem contas a pagar para o próximo.





Não é possível que um governo possa promover desenvolvimento às custas do sacrifício dos governos seguintes. Chamo a atenção para essa questão, Deputado João Leite, pois a minha preocupação é com ela.

Não quero tratar a questão que V. Exa. discutiu pela manhã sobre redução de IPI neste momento da nossa história e da nossa relação. Quero só chamar a atenção para esse momento importante do endividamento do Estado. Há muita gente preocupada com isso. Há muita gente inquieta com essa situação de continuar o endividamento sem fim e, eventualmente, os seus filhos, os seus netos, as nossas próximas gerações sofrerem com as consequências de terem de pagar uma dívida que tem sacrificado tanto a nossa gente e o nosso povo.

Registro, assim, esse momento em que está sendo discutido um tema de tamanha relevância e importância, já que estamos cuidando do passado que ameaça, de maneira muito profunda, o nosso presente. Obrigado.

O Deputado João Leite\* - Muito obrigado, Deputado Adelmo Carneiro Leão. Acompanho V. Exa. nas suas preocupações. Tive a oportunidade de fazer um estudo em relação a essa dívida, voltando na história. Estou me preparando. Creio que deve ser feito isto mesmo: conhecermos. Sei que foi usada na própria infraestrutura do Estado essa dívida anterior, que é até mesmo anterior à fundação do meu partido, o PSDB, que nem existia quando ela foi contratada.

Sr. Presidente, gostaria muito de conceder aparte ao Deputado Rogério Correia, mas queria muito guardar esse meu tempo para amanhã, quando concederei esse aparte a V. Exa., uma vez que temos, na verdade, apenas três Deputados para a discussão. Amanhã vou conceder, com maior prazer, o aparte a V. Exa.

### **Questões de Ordem**

O Deputado João Leite - Solicito, Sr. Presidente, o encerramento da reunião, pela ausência de quórum, como pode ser visto de plano por V. Exa. O Deputado Rogério Correia é sempre presente. Amanhã travaremos uma discussão com muito prazer. Aguardo-o amanhã, às 9 horas, se Deus quiser. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Rogério Correia - Solicito a recomposição de quórum.

O Sr. Presidente - É regimental. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Rogério Correia) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 7 Deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

### **Encerramento**

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 29, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 29/5/2012.). Levanta-se a reunião.

\*- Sem revisão do orador.

## **ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/5/2012**

### **Presidência do Deputado José Henrique**

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado Rogério Correia; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.060/2012; discurso do Deputado Gustavo Valadares; questão de ordem; chamada para a recomposição do número regimental; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

### **Comparecimento**

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Jayro Lessa - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Júlio - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Liza Prado - Luiz Henrique - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

### **Abertura**

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### **1ª Parte**

#### **Ata**

- O Deputado Rômulo Viegas, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, farei a discussão da ata que, por ser sucinta, acaba não retratando o que se passa no Plenário da Casa, e é importante que o assunto que discutirei seja de conhecimento público. Tentei discuti-lo ontem, durante a tramitação dos projetos importantes do governo que dizem respeito à solicitação de empréstimos. Este é um debate fundamental a ser feito. Quanto o governo pede agora de empréstimo? Quais os objetivos desse empréstimo? Ele servirá a quê? Qual é o montante da dívida do governo? A partir de quando esse empréstimo será pago? O governo tem condições de pagar o empréstimo já ou está remetendo ao futuro governo mais pagamento de juros, que vão sacrificar ainda mais o bolso do contribuinte e as despesas ordinárias



do orçamento que têm de ser feitas em relação à segurança pública, saúde e educação? São perguntas que precisam ser discutidas, mas - parece-me - o governo não quer realizar essa discussão na Assembleia. A base do governo quer evitar que a Oposição discuta os motivos desse empréstimo, se é útil ou não para o Estado ou se estaremos mais encalacrados. Parece que, a partir de 2015, o governo vai pagar os juros referentes a esse empréstimo e também o principal, então será que terá condições de arcar com o mínimo constitucional das despesas de saúde e educação? Hoje ele não arca e assinou um termo de ajustamento de gestão com o Tribunal de Contas, confessando que não possui recursos e não aplicará na saúde o mínimo de 12%. Também confessou que não pagará o mínimo de 25% na educação, deixando, portanto, de cumprir as suas duas obrigações básicas. Esse é um debate importante, Sr. Presidente. Discuto a ata para fazer constar nela que a ação do governo é impedir a discussão. Assim, a base do governo completa, de 26 Deputados, retira-se, evitando assim o debate político na Assembleia Legislativa. Não vamos discutir os motivos desse empréstimo? Defendam o governo Anastasia, defendam o empréstimo, mas tentem fazê-lo. O que temos visto é o governo esvaziar o debate político, não permitindo, portanto, que a população saiba se esse empréstimo é útil ou não, se é bom ou não. A Oposição tem a opinião de que, da forma como está, o governo não está justificando esse empréstimo e só poderia pegá-lo, Sr. Presidente, se, de fato, estivesse com as contas em dia, cumprisse seu dever constitucional com a educação e a saúde. Se não consegue cumprir isso, como pagar mais juros a partir de 2015? Apenas a partir de 2014, o governo, talvez, cumpra o mínimo constitucional com educação e com saúde. Repito, talvez, porque uma cláusula do Tribunal de Contas com o governo, no chamado termo de ajustamento de gestão, prevê que o governo poderá prorrogar por mais um ano, se não estiver em boa situação, o não cumprimento da Constituição Federal. Além de esse tema, no meu entender, ser nitidamente inconstitucional – e o Tribunal de Contas e o governo terão que pagar por isso -, o Ministério Público já anunciou, em audiência que fizemos, que entrará, por meio da Promotoria da Defesa do Patrimônio, da Promotoria da Educação e da Promotoria da Saúde, com uma ação civil pública pelo não cumprimento do preceito constitucional de 12% da saúde. Aqui tantos Deputados defendem a saúde, mas, nessa hora, fazem vistas grossas e não discutem o problema. E também há o mínimo constitucional. O governo, porém, não o aplica. Não discutimos e aprovamos mais empréstimos? Dizem que o empréstimo é para os Caminhos de Minas. O que foi feito até agora nesse sentido? Quanto ali será aplicado e com que prioridade? Para os Prefeitos de quais Municípios, nós, Deputados, poderemos dizer que haverá prioridade? O critério será o Índice de Desenvolvimento Humano? Serão os mais pobres? De que regiões? Nada disso nos foi esclarecido até agora e, em vez de travarem um debate, temos assistido ao governo esvaziando o Plenário, não permitindo que a Oposição fale. Eu mesmo estou inscrito e gostaria de falar sobre o assunto. Tenho dados, números, Sr. Presidente, para contestar o empréstimo do governo, que, por sua vez, deve ter suas justificativas, mas, até agora, isso não foi feito. O Deputado João Leite subiu à tribuna apenas para atacar a Dilma, mas não disse nada a respeito do empréstimo, que é a discussão em pauta. O governo do Estado, como não consegue cumprir seus compromissos, ataca o governo federal como se isso fosse resolver os problemas de Minas. Não é assim que se discute, então quero que conste em ata a minha indignação com esse procedimento da base governista.

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

## **2ª Parte (Ordem do Dia)**

### **2ª Fase**

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

### **Discussão e Votação de Proposições**

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.060/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.969, de 26/12/2011, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opinou pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3. Continua em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Gustavo Valadares.

O Deputado Gustavo Valadares\* - Sr. Presidente, esse projeto é de suma importância para continuarmos o crescimento e o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, proporcionando maior qualidade de vida à nossa população. Ele é importantíssimo e está em pauta no Plenário da Casa.

### **Questão de Ordem**

O Deputado Gustavo Valadares - Entretanto, Sr. Presidente, verificando a inexistência de quórum para a continuação dos nossos trabalhos, peço a V. Exa. o encerramento, de plano, desta reunião, guardando o tempo que ainda tenho para discutir numa próxima reunião.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Rômulo Viegas) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 9 Deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

### **Encerramento**

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

## **ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/4/2012**

Às 10h36min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Ulysses Gomes e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ulysses Gomes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e a discutir e votar proposição da Comissão. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.366/11-, em 1º turno, para o qual designou o Deputado Vanderlei Miranda como relator. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.892, 2.897, 2.898 e 2.899/2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da reunião.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

Tenente Lúcio, Presidente – Dalmo Ribeiro Silva – Rômulo Viegas.

## **ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/5/2012**

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Sávio Souza Cruz e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Em seguida, comunica o recebimento do seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça, informando que encaminhou ao Centro Operacional de Apoio às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente as cópias do Projeto de Lei nº 2.181/2011, do Deputado Sávio Souza Cruz, que dispõe sobre a aplicação do princípio da legalidade nos casos ambientais que menciona, e o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça para o 1º Turno do Projeto, para conhecimento e exame; Josué Costa Valadão, Secretário Municipal de Governo de Belo Horizonte, encaminhando as informações prestadas pela Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana e pela Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano a respeito da aprovação de dois empreendimentos hoteleiros no Bairro São Luiz, em Belo Horizonte, que, a partir do conteúdo veiculado pela imprensa da capital, reacenderam a polêmica sobre a verticalização na região da Pampulha; e do Centro Mineiro de Referência em Resíduos, encaminhando convite para o evento “3º Encontro Estadual de Coleta Seletiva - Os Diferentes Olhares sobre os Serviços de Coleta Seletiva e a Inclusão Sócio-Produtiva dos Catadores”, a realizar-se nos dias 23 e 24/5/2012. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, da qual designou como relator o Deputado Sávio Souza Cruz: Projeto de Lei nº 69/2011 no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.799/2011 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Célio Moreira, aprovado pela Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Célio Moreira, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral do Instituto Estadual de Florestas pedido de informações sobre possível projeto de redefinição dos limites do Parque Estadual da Serra do Papagaio, em especial sobre os critérios que levariam à exclusão da Serra do Canjica do parque, além de cópia dos documentos recebidos da Câmara Municipal de Baependi, em que tal projeto é questionado; Célio Moreira e Tiago Ulisses em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as medidas que essa Pasta já adotou para a proteção das nascentes e recursos hídricos no Município de Congonhas e para o combate à poluição atmosférica na cidade; Célio Moreira e Délio Malheiros em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública em Diamantina, para debater a degradação ambiental do Rio Jequitinhonha, em razão da utilização de dragas de sucção para a extração de areia em seu leito; Célio Moreira e Duarte Bechir em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que seja prorrogado o prazo estabelecido no Edital de Chamamento Público SEMAD/COPAM Nº 01/2012, publicado no "Minas Gerais" de 20/4/2012; Luzia Ferreira, Rogério Correia e Délio Malheiros (2) em que solicitam seja realizada visita, com a presença dos Deputados autores desse requerimento e das entidades e organizações que cooperam com a Assembleia no acompanhamento dos trabalhos de despoluição e revitalização da Lagoa da Pampulha, ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte, para conhecer o estágio em que se encontram esses trabalhos; e em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública, no segundo semestre de 2012, para realizar novo balanço do andamento das obras de despoluição e revitalização da Lagoa da Pampulha; Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, para conhecer e debater o Projeto de Desenvolvimento do Complexo Vargem Grande para a expansão das Minas Tamanduá e Capitão do Mato apresentado pela empresa Vale; Fabiano Tolentino, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, para debater os possíveis efeitos ambientais que possam vir a ser causados pela execução do projeto apresentado pela empresa MMX, prevendo a construção de uma barragem de rejeitos na bacia de Ribeirão dos Pintos, no Município de Itatiaiuçu; André Quintão em que solicita seja realizado debate público dessa Comissão com a Comissão de Participação Popular, a pedido do Movimento Nacional dos Catadores de Matérias



Recicláveis - MNCR - e do Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável, para debater e buscar soluções para o cumprimento da meta de erradicação dos lixões em Minas até 2014, prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos, a implementação de coleta seletiva nos Municípios do Estado, a organização dos Planos de Gerenciamento de Resíduos e os instrumentos de financiamento dessa política; Rogério Correia em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 1.799/2011, bem como a presença de cerrado no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

Delvito Alves, Presidente - Doutor Viana - Duarte Bechir.

### **ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/5/2012**

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Antônio Júlio, Carlos Henrique e Duílio de Castro, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.026 a 3.028/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Délio Malheiros (3) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir supostas lesões a centenas de consumidores, perpetradas pelo Banco do Brasil, tendo em vista o lançamento indevido de débitos de pacotes de serviços; seja realizada reunião de audiência pública para discutir os altos valores de comercialização do gás de cozinha – GLP –, que, segundo matérias divulgadas na imprensa, é vendido por 400% a mais que o seu valor de produção; seja formulado pedido de informações ao Ministério Público de Contagem para que esclareça sobre o andamento das investigações, promovidas por esse órgão, de possível prática abusiva praticada pela empresa Alibombom e as eventuais providências tomadas; Délio Malheiros e Duílio de Castro (4) em que solicitam seja realizada visita ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais para apurar as razões da suspensão da licitação para as obras do BRT do Município de Belo Horizonte; seja realizada visita às obras do BRT, no Município de Belo Horizonte, para que os Deputados possam conhecer o cronograma e os impactos que as referidas obras têm causado no trânsito da Capital; seja realizada visita à diretoria da BHTRANS para que seja avaliado junto àquele órgão as medidas que serão tomadas na tentativa de desafogar o trânsito da capital, que nas últimas semanas se agravou em razão das obras viárias que estão sendo realizadas no Município; pedido de informações ao CREA-MG a fim de que o referido órgão informe a essa Comissão sobre a realização ou não do recolhimento de ART para a obra do BRT no Município de Belo Horizonte; e Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para obter esclarecimentos acerca de denúncias sobre a qualidade dos serviços prestados pela CEMIG, no Município de Orizânia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

Délio Malheiros, Presidente – Antônio Júlio – Duílio de Castro.

### **ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/5/2012**

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Almir Paraca, Pompílio Canavez e Glaycon Franco, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.035/2012, em turno único, para o qual designou relator o Deputado João Leite. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.958, 2.986, 2.987, 2.988, 2.989 e 3.000/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Rosângela Reis e Juninho Araújo em que solicitam sejam encaminhadas à Cohab notas taquigráficas da audiência pública realizada em 18/4/2012; Rosângela Reis, Juninho Araújo e Almir Paraca em que solicitam seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado pedido de providências para a suspensão das ações referentes ao leilão e à retomada de casas nos Municípios de São José do Goiabal, Marliéria e região, pertencentes ao Estado, pela empresa MGI Participações; seja encaminhado ao Presidente da Assembleia Legislativa pedido para que anexe ao processo referente ao Projeto de Lei nº 2.893/2012 as notas taquigráficas da audiência pública realizada em 18/04/2012; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana pedido para que envie a esta Comissão o cronograma de implantação e operacionalização das ações e procedimentos relativos ao que dispõe o Projeto de Lei nº 2.893/2012; João Leite e Glaycon Franco em que solicitam seja encaminhado à Superintendência Regional da Caixa Econômica Federal em Minas Gerais pedido de informações sobre a execução do Programa Minha Casa, Minha Vida em Minas Gerais; Liza Prado em que solicita reunião de audiência pública com convidados, para novo debate sobre os problemas referentes à





travessia de balsas no Rio São Francisco, entre os Municípios de Manga e Matias Cardoso; seja realizada reunião de audiência pública com convidados, para debater temas relacionados à identificação, fiscalização e regularização de pistas de pouso clandestinas no Estado de Minas Gerais; Délio Malheiros em que solicita reunião de audiência pública com convidados, para debater problemas enfrentados por lojistas e trabalhadores da região da Savassi, tais como redução do orçamento, fechamento de lojas e diminuição de postos de trabalho; seja realizada reunião de audiência pública para debater a suposta ausência de autorização municipal para instalação da feira de artesanato no Bairro Bandeirantes, em Belo Horizonte; João Vítor Xavier em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências para a instalação de rede de abastecimento de água no Bairro Jardim Colonial, em Ribeirão das Neves; Fred Costa em que solicita reunião de audiência pública com convidados, conjunta com as Comissões de Participação Popular e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para debater o licenciamento de hotéis em Belo Horizonte; Almir Paraca em que solicita reunião de audiência pública com convidados, para debater e obter informações sobre a transferência das sedes dos órgãos regionais com funcionamento no Município de Coronel Fabriciano para centro administrativo da região metropolitana do Vale do Aço, a ser construído no Município de Ipatinga; Glaycon Franco em que solicita reunião de audiência pública com convidados, no Município de Coronel Fabriciano, para debater temas relacionados à BR-040; Vanderlei Miranda em que solicita reunião de audiência pública para debater as obras de ampliação da drenagem do Córrego do Leitão; Durval Ângelo em que solicita reunião de audiência pública com convidados, para debater o Projeto de nº 3.078/2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2012.

João Leite, Presidente - Glaycon Franco - Duarte Bechir.

### **ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/5/2012**

Às 15h13min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marques Abreu, Fabiano Tolentino, Gustavo Perrella e André Quintão, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fabiano Tolentino, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.866/2012, em turno único, do qual designou como relator o Deputado Gustavo Perrella. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.866/2012 com a Emenda nº 1, da Comissão da Constituição e Justiça (relator: Deputado Gustavo Perrella). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento dos Deputados André Quintão e Carlin Moura em que solicitam seja realizada audiência pública, conjunta com a Comissão de Participação Popular, com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 3.077/2012, que dispõe sobre o Conselho Estadual da Juventude. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

Marques Abreu, Presidente – Fabiano Tolentino – Gustavo Perrella – Tadeu Martins Leite.

### **ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, EM 22/5/2012**

Às 15h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Miranda, Célio Moreira e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Célio Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o financiamento para as políticas sobre drogas. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Mariana Carvalho de Paula de Lima, Defensora Pública do Juizado Especial Criminal da Comarca de Belo Horizonte, e os Srs. Aloísio Andrade, Presidente do Conselho Estadual Antidrogas – Coned – e Márcio Lobato Rodrigues, Delegado do Departamento de Investigação Antidrogas da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença do Deputado Paulo Lamac, que assume a Presidência. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Paulo Lamac (3) em que solicita seja prorrogado, nos termos regimentais, o prazo de funcionamento da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack até o dia 27/6/2012; seja realizado debate público para a apresentação das atividades do Programa Educacional de Resistência às Drogas da Polícia Militar de Minas Gerais; e seja realizada audiência pública para discutir a importância da educação para o enfrentamento do “crack”; Célio Moreira (2) em que solicita seja convidado o jornalista Ismar Madeira, repórter da TV Globo Minas, para falar sobre a série de reportagens exibidas no telejornal MGTV sobre o avanço do “crack” em Minas Gerais; e seja realizada nova reunião de audiência pública para discutir o financiamento para as políticas sobre drogas, tendo em vista a ausência de representantes do governo federal nesta reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência

agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2012.

Paulo Lamac, Presidente – Liza Prado.

### **ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/5/2012**

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Glaycon Franco, João Leite e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Sebastião Costa, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. Manoel do Nascimento Assis, Presidente da Câmara Municipal de Santana do Paraíso, solicitando cópia em vídeo da audiência pública desta Comissão em que foi debatido ao Projeto de lei nº 2.983/2012; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, nas datas mencionadas entre parênteses, dos Srs. Leonardo Valério França Pinheiro, Vereador em Contagem, e Arlindo Barbosa Neto, Prefeito Municipal de Piumhi (26/4/2012); e Josué Costa Valadão, Secretário Municipal de Governo de Belo Horizonte, Eurípedes Cáritas de Carvalho Silva, Superintendente do Procon-Uberlândia, e da Sra. Luciana Marques Tourinho, Procuradora do Trabalho (28/4/2012). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. A Presidência comunica que retirou de pauta os Requerimentos nºs 2.958, 2.986, 2.987, 2.988, 2.989 e 3.000/2012, aprovados em reunião anterior. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.030, 3.031, 3.034 e 3.050/2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2012.

Almir Paraca, Presidente – Glaycon Franco – João Leite.

### **ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/5/2012**

Às 10h50min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Wilson Batista, Marques Abreu e Dalmo Ribeiro Silva (ocupando a vaga do Bloco Transparência e Resultado, por indicação da Liderança desse bloco), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a estrutura de atendimento à pessoa com deficiência do Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais - Detran-MG - na cidade de Belo Horizonte. A seguir, comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Eder Ferreira, Presidente da União dos Paraplégicos de Belo Horizonte – Unipabe –, solicitando a indicação de comodato ou doação, para a entidade, do terreno de propriedade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte que vinha sendo utilizado pela Associação Mineira de Paraplégicos – AMP –; e Walter Tosta, Deputado Federal, sugerindo que a Comissão aprove requerimento com indicação para que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte possa doar ou ceder em comodato o imóvel mencionado. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.818/2011, no 1º turno, para o qual designou como relator o Deputado Marques Abreu. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.471/2011 e 3.001/2012. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Deputado Federal Walter Tosta e os Srs. Anderson França Menezes, Chefe da Divisão de Habilitação do Detran-MG, representando Oliveira Santiago Maciel, Chefe do Detran-MG; Maurício Peçanha, fundador da Associação dos Deficientes de Contagem, representando Edna Fernandes dos Santos, Presidente da Associação; e Jackson de Oliveira Santos, despachante especial e membro do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte – CVI-BH –, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Marques Abreu, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Doutor Wilson Batista, Marques Abreu e Dalmo Ribeiro Silva (9) em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas e as consequências para o funcionamento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apaes –; seja realizada visita ao Detran-MG para conhecer e discutir as condições de atendimento às pessoas com deficiência; seja encaminhado ao Chefe do Detran-MG pedido de providências para a implantação do serviço de agendamento de consulta para pessoa com deficiência, com atendimento no prazo máximo de 50 dias; seja encaminhado ao Chefe do Detran-MG pedido de providências para a adequação do espaço físico da sede do órgão, especialmente dos banheiros, para atendimento à pessoa com deficiência; seja encaminhado ao Chefe do Detran-MG pedido de providências para a implantação de



centros de atendimento desse órgão nas cidades polos do Estado, bem como o deslocamento da banca examinadora ao interior do Estado; seja encaminhado ao Chefe do Detran-MG pedido de providências para a elaboração de cartilha destinada às pessoas com deficiência, contendo instruções e procedimentos específicos acerca do processo de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, e para a adequação na página virtual desse órgão destacando as informações para esse público; seja encaminhado ao Chefe do Detran-MG pedido de providências para a capacitação em Libras dos profissionais que atendem às pessoas com deficiência; sejam encaminhadas ao Chefe do Detran-MG as notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária dessa Comissão; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para viabilizar a isenção de ICMS sobre as adaptações dos veículos para pessoas com deficiência. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2012.

Doutor Wilson Batista, Presidente - Marques Abreu - Dalmo Ribeiro Silva.

### **ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/5/2012**

Às 14h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, Romel Anízio e Lafayette de Andrada (substituindo este ao Deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Duarte Bechir. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” de 18/5/2012: ofício do Sr. Dinis Pinheiro, Governador do Estado em exercício. A seguir, comunica que está aberto até o dia 11/6/2012 o prazo para o recebimento de emendas ao Projeto de Lei nº 3.164/2012. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 625/2012 (Deputado Gustavo Perrella); 1.023/2011 (Deputado Antônio Júlio); 1.250/2011 (Deputado Romel Anízio) e 1.702/2012 (Deputado Doutor Viana), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 58/2011 e 3.060 a 3.062/2012 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão, por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 625/2011, na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Gustavo Perrella); e 3.034/2012 (relator: Deputado Lafayette de Andrada); e pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.354/2011 (relator: Deputado Gustavo Perrella). O Deputado Antônio Júlio retira-se da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Zé Maia em que solicita seja realizada reunião para cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à demonstração e à avaliação, por parte do Poder Executivo, do cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o Estado referentes ao primeiro quadrimestre de 2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2012.

Zé Maia, Presidente - Romel Anízio - Doutor Viana - Antônio Júlio - Gustavo Perrella.

### **ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/5/2012**

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Lafayette de Andrada, Gilberto Abramo e Romel Anízio (substituindo este ao Deputado Antônio Carlos Arantes, por indicação da Liderança do BAM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 3.025/2012 (Deputado Romel Anízio) e 3.032/2012 (Deputado Gilberto Abramo), ambos em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.025 e 3.032/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente - Fred Costa - Luiz Henrique.

## **ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/5/2012**

Às 15h9min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Fabiano Tolentino, Romel Anízio, Tiago Ulisses e Doutor Viana, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Vice-Presidente, Deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Romel Anízio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar Pareceres de Redação Final e proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 3.096/2012, em turno único (Deputado Romel Anízio); e Projeto de Lei nº 3.114/2012, em turno único (Deputado Fabiano Tolentino). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam à apreciação do Plenário da Assembleia. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.966 e 2.970/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Rogério Correia e Paulo Guedes, em que solicitam seja realizada audiência pública desta Comissão para debater as ações dos Governos Federal e Estadual voltadas para os municípios afetados pela seca ou estiagem na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente – Romel Anízio – Doutor Viana.

## **ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/5/2012**

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, Bruno Siqueira, André Quintão, Gustavo Valadares, Luiz Henrique, Bosco e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.259/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Gustavo Valadares). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

Sebastião Costa, Presidente – Bruno Siqueira – André Quintão – Glaycon Franco – Luiz Henrique.

## **ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA DÍVIDA PÚBLICA, EM 24/5/2012**

Às 9h43min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Bonifácio Mourão, Duarte Bechir (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BTR) e a Deputada Liza Prado (substituindo o Deputado Délio Malheiros, por indicação da Liderança do BAM), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Doutor Viana. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Não havendo matéria a ser apreciada, os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Bonifácio Mourão e Dr. Viana tecem suas considerações sobre o tema da Comissão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada dia 28 do corrente, às 16 horas, com a finalidade de apreciar o relatório parcial desta Comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2012.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente – Antônio Júlio – Bonifácio Mourão.

## **ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/5/2012**

Às 9h44min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa, Lafayette de Andrada, Rogério Correia e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Neider Moreira, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Estão presentes também os Deputados Bonifácio Mourão, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio e Pompílio Canavez. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros



da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o termo de ajustamento de gestão – TAG –, celebrado entre o governo do Estado e o Tribunal de Contas, que prevê a adequação gradual da aplicação, por parte do governo do Estado de Minas Gerais, de recursos em ações e serviços públicos de saúde e na manutenção e desenvolvimento do ensino e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. André Reis, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Qualidade do Gasto – Seplag –, e Eduardo Antônio Codo, Subsecretário do Tesouro Estadual, ambos representando o Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado; Conselheiro Mauri Torres, relator do TAG do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; Renato Barros, Diretor do SindSaúde-MG; e Lindolfo Fernandes de Castro, Presidente do Sindifisco; e as Sras. Josely Ramos Pontes, Promotora de Justiça de Defesa da Saúde; e Beatriz da Silva Cerqueira, Coordenadora-Geral do Sind-UTE-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Rogério Correia e Pompílio Canavez, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

Délio Malheiros, Presidente – Doutor Viana – Ivair Nogueira – Neider Moreira.

### **ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/5/2012**

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bosco e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a escola em tempo integral e os programas do sistema estadual de ensino e, especialmente, traçar o panorama das experiências em educação integral, por sugestão do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria de Lourdes Rodrigues Fassy, Superintendente Regional de Ensino da Metropolitana B; Neuza Macedo, Coordenadora do Programa Escola Integrada da PBH; Lúcia Helena Alvarez Leite, Coordenadora do Projeto Teia da Faculdade de Educação da UFMG; Eliani Geralda de Oliveira França, Diretora da Escola Estadual Padre João Botelho; Melane de Almeida Zandonadi, Diretora da Escola Estadual Sarah Kubitschek, em Ouro Preto; e Nádia Cristina Pereira Eulálio de Souza, Diretora da Escola Estadual Dona Augusta Gonçalves Nogueira; e o Sr. Gustavo Nominato Marques, Gerente do Projeto Educação em Tempo Integral - Ensino Fundamental e Médio - da Secretaria de Estado de Educação, representando a Sra. Ana Lúcia Almeida Gazzola, Secretária de Estado de Educação, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e, após, concede a palavra ao Deputado Carlin Moura, também como autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença do Deputado Paulo Lamac. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlin Moura (6) em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de informações sobre o projeto pedagógico que visa adotar a política da sala unificada, também conhecida como turma multisseriada; seja realizada reunião de audiência pública para debater a adoção da política da sala unificada; seja encaminhado à Secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação pedido de informações para que relate se o Município de Contagem ou a Fundação Educacional de Contagem receberam recursos federais por intermédio do Programa Brasil Profissionalizado, instituído pelo Decreto nº 6.302, de 2007, e se já existe convênio firmado com tais entidades para viabilizar a oferta da Bolsa-Formação ou do Fies-Técnico no âmbito do referido Município; sejam encaminhados à Secretaria de Estado de Educação pedidos de providências para adoção de medidas de segurança em favor da Escola Estadual Cândido Martins de Oliveira, que, conforme denúncias, tem sido alvo de roubos e furtos constantes; para a reforma da Escola Estadual José Lucas Filho, no Bairro Fonte Grande, no Município de Contagem; e para que sejam incluídos no planejamento de instalação de novas escolas estaduais os Bairros Perobas, Sapucaias, Nova Contagem e Industrial, do Município de Contagem; Paulo Lamac em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para obter esclarecimentos da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão sobre o financiamento de pesquisas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Fica prejudicado o requerimento do Deputado Antônio Júlio, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a adoção das classes multisseriadas nas escolas estaduais, com base nos termos do art. 284, inciso I, que declara prejudicada a discussão ou votação de proposição com objetivo idêntico ao de outra aprovada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2012.

Bosco, Presidente - Carlin Moura - Neilando Pimenta.



## **ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, EM 28/5/2012**

Às 9h15min, comparecem na Câmara Municipal de Ipatinga a Deputada Rosângela Reis e o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a contextualizar a situação de violência contra a mulher no Município e região e debater a política de enfrentamento à violência e de atenção à mulher vitimizada. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Carmen Rocha, Subsecretária de Estado de Desenvolvimento Social; Laurelle Carvalho de Araújo, Coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência da Defensoria Pública de Minas Gerais; Lívia Athayde Oliveira, Delegada Especializada de Atendimento à Mulher de Ipatinga; Elmina Ferreira, Presidente do Conselho Municipal da Mulher de Ipatinga; Lenice Ferreira Mendes, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Ipatinga; e os Srs. Samuel Saraiva Cavalcante e Bruno Schiavo Cruz, Promotores de Justiça da Comarca de Ipatinga; Altair Pereira de Azevedo, Coordenador Local da Defensoria Pública em Ipatinga; José Geraldo, Vereador; Mauro Nunes, Diretor Regional da Sedese; Rodrigo Manhaes de Oliveira e Geraldo Magela de Moraes, Delegados de Polícia; e Ten. Lindon Johson, Chefe da Pasta de Direitos Humanos do 14º Batalhão da Polícia Militar, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de autor, juntamente com a Deputada Rosângela Reis, do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência recebe documento da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, entregue pela Defensora Pública Laurelle Carvalho de Araújo, que contém informações e propostas de atuação da Defensoria Pública do Estado no atendimento da mulher em situação de violência doméstica e familiar no Estado, complementando o relatório entregue anteriormente. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Luzia Ferreira - Liza Prado.

## **ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/5/2012**

Às 13h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Duarte Bechir, Sargento Rodrigues e Almir Paraca (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Sargento Rodrigues (4) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para ouvir o agente penitenciário Wandrew Schwenck e para obter esclarecimentos sobre a omissão da Secretaria de Estado de Defesa Social em cumprir o compromisso firmado com a Comissão, em visita realizada no dia 14/6/2010; sejam encaminhados ao Cel. Eduardo César Reis, Diretor de Recursos Humanos da PMMG, pedido de informações sobre os motivos da demora na concessão de reforma ao 1º-Ten. PM QOR José Carlos Picoli e pedido de providências para agilizar esse processo; seja realizada reunião de audiência pública, com a presença do Cel. PM Eduardo César Reis, para discutir a demora na concessão da reforma ao 1º-Ten. PM QOR José Carlos Picoli; sejam encaminhadas ao Sr. Cláudio Roberto Pessoa Dornelas, Delegado-Chefe da Delegacia de Polícia Federal de Juiz de Fora, as notas taquigráficas das reuniões desta Comissão em que se discutiram denúncias sobre as atividades do crime organizado em Juiz de Fora, envolvendo policiais civis e militares. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2012.

Durval Ângelo, Presidente.

## **ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/5/2012**

Às 16h13min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e o Deputado Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. A Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as relações trabalhistas da Cemig. Nesse momento, faz-se presente o Deputado Pompílio Canavez, membro da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Luciana Marques Coutinho, Procuradora do Trabalho, representando o Sr. Helder Santos Amorim, Procurador-Chefe do Trabalho em Minas Gerais; e os Srs. Francisco Henrique Otoni de Barros e Ricardo Ferreira Deusdará, Auditores Fiscais, ambos representando o Sr. Alysson Paixão de Oliveira Alves, Superintendente Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais; Ricardo Luiz Diniz Gomes, Superintendente de Recursos Humanos, representando o Sr. Djalma Bastos de Moraes, Diretor-Presidente da Cemig; e Jairo Nogueira Filho, Coordenador-Geral do Sindieletrô/MG, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Pompílio Canavez que, representando o autor do requerimento que deu origem ao debate, Deputado Rogério Correia, tece



as considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas, momento em que o Deputado Pompílio Canavez se retira da reunião e é substituído pelo Deputado Rogério Correia, por indicação da Liderança do PT. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São recebidos pela Presidência, para serem aprovados em reunião posterior, requerimentos dos Deputados Rogério Correia (2) em que solicita seja realizada visita desta Comissão à Cemig para tratar com seu Diretor-Presidente as questões debatidas na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 29/5/2012, e sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 29/5/2012, que debateu as relações trabalhistas da Cemig, ao Governador do Estado e ao Diretor-Presidente da Cemig; e Duarte Bechir em que requer seja enviado ofício à Cemig solicitando a documentação referente ao processo seletivo promovido pela referida empresa, incluindo o edital, dentre outros documentos correlatos, bem como toda a documentação referente ao procedimento de escolha e adesão ou não dos trabalhadores ao plano de saúde da empresa. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2012.

Rosângela Reis, Presidente - Duarte Bechir - Ivair Nogueira.



## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reuniões Especiais da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões especiais da Assembleia para as 9 e 14 horas do dia 1º/6/2012, destinadas à realização do Ciclo de Debates Rio + 20.

Palácio da Inconfidência, 31 de maio de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Wilson Batista e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/6/2012, às 10 horas, no Município de Itaúna, com a presença de convidados, com a finalidade de apresentar a campanha Assine + Saúde, que tem por objetivo a coleta de assinaturas para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular propondo o investimento de 10% da receita corrente bruta da União na saúde pública, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2012.

Carlos Mosconi, Presidente.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.127/2012

#### Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

##### Relatório

De autoria do Deputado Doutor Viana, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Escola de Futebol Indianópolis, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

##### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.127/2012 pretende declarar de utilidade pública a Escola de Futebol Indianópolis, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão do civismo e da cultura física.

Com esse propósito, a instituição incentiva a prática de esportes, principalmente do futebol amador, e participa de competições, sempre zelando pelo cumprimento da legislação desportiva vigente.

Cabe ressaltar que a prática de atividades desportivas traz benefícios individuais e sociais, pois contribui para a formação física e psíquica dos indivíduos e reduz a probabilidade do aparecimento de doenças. Especialmente na adolescência, quando os jovens podem ser influenciados por hábitos prejudiciais, que geram conflitos internos capazes de desvirtuar valores e dificultar a aprendizagem, o esporte se reveste de indiscutível importância, prestando grande contribuição ao desenvolvimento da sociedade.



Tendo em vista o importante trabalho social desenvolvido pela Escola de Futebol Indianópolis, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.127/2012, em turno único, na forma apresentada.  
Sala das Comissões, 31 de maio de 2012.  
Marques Abreu, relator.

## **PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.382/2011**

### **Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

#### **Relatório**

De autoria do Deputado Célio Moreira, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campos Altos o trecho rodoviário que especifica.

A proposição foi analisada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, e em seguida foi apreciada pela Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, que opinou por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado emitir seu parecer, em cumprimento do disposto no art. 188, combinado com o art. 102, VII, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.382/2011 desafeta o bem público constituído pelo trecho da Rodovia AMG-900, com extensão de 2.054m contados a partir do entroncamento da Rodovia até o acesso à BR-262, e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Campos Altos.

Em atendimento ao interesse público, que deve nortear o negócio jurídico em pauta, prevê o parágrafo único do art. 2º da proposição que a área será destinada à instalação de via urbana, integrando o perímetro urbano do Município de Campos Altos.

Da mesma forma, a alienação a ser realizada está revestida de garantia, uma vez que o art. 3º do projeto prevê a reversão do imóvel ao patrimônio do Estado se, no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não for ele utilizado com a finalidade prevista.

A transferência de domínio de patrimônio público necessita de autorização do Poder Legislativo por exigência do § 2º do art. 105 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Esse dispositivo determina que a movimentação dos valores pertencentes ao ativo permanente do Tesouro só pode ser realizada com a referida autorização.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, tem como objetivo identificar claramente o trecho objeto da proposição.

Após análise, percebe-se que o projeto de lei em tela atende aos preceitos legais que versam sobre a transferência de domínio de bens públicos, além de não criar despesas para o erário e não acarretar repercussão na Lei Orçamentária. Pode, portanto, ser transformado em lei.

### **Conclusão**

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.382/2011, no 1º turno, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2012.

Zé Maia, Presidente - Romel Anízio, relator - Antônio Júlio - Doutor Viana - Gustavo Perrella.

## **PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.777/2011**

### **Comissão de Saúde**

#### **Relatório**

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em análise torna obrigatória a afixação de cartazes nos banheiros de uso público do Estado, contendo informação sobre as doenças sexualmente transmissíveis - DSTs.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde. Analisada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem a proposição, agora, a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XI, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

A proposição em questão tem por objetivo tornar obrigatória a afixação de cartazes, nos sanitários de uso público do Estado, contendo informações básicas sobre as doenças sexualmente transmissíveis, as DSTs, bem como sobre a forma de evitar seu contágio. O projeto determina, ainda, que os referidos cartazes deverão conter o número de telefone do órgão responsável por atender o cidadão e esclarecer suas dúvidas.

As DSTs são consideradas um dos problemas de saúde pública mais comuns no mundo e estão relacionadas à mortalidade materna e infantil. Entre suas consequências estão a infertilidade feminina e masculina, a transmissão da mãe para o filho, determinando perdas gestacionais ou doença congênita e o aumento do risco de infecção pelo HIV.





De acordo com consulta realizada no Datasus, houve cerca de 36 mil casos de aids identificados no Brasil em 2009, sendo a Região Sudeste a que apresentou o maior número. Em Minas Gerais, foram quase 2.470 casos no ano de 2009. A Organização Mundial de Saúde - OMS - estima que no Brasil há, por ano, cerca de 1 milhão de casos de sífilis; 1,5 milhão de gonorreia; quase 2 milhões de casos de clamídia, aproximadamente 640 mil de herpes genital e 685 mil casos de HPV.

O Ministério da Saúde - MS -, por meio do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, desenvolve o Programa Nacional de DST e Aids e busca fortalecer a cooperação técnica e financeira com Estados, Municípios, organismos internacionais e organizações da sociedade civil. As principais formas de cooperação financeira e técnica ocorrem por meio de projetos, pela política de incentivo e pela execução direta (aquisição e distribuição de medicamentos e preservativos). As ações do referido Programa são pautadas por três grandes objetivos: reduzir a incidência da infecção pelo HIV (aids) e de outras DSTs; ampliar o acesso ao diagnóstico, ao tratamento e à assistência; fortalecer as instituições públicas e privadas responsáveis pelo controle das DSTs e da aids.

Entre as ações do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, podemos destacar o Projeto Debi Brasil, que implementa estratégias de prevenção ao HIV e outras DSTs para "gays" e outros HSHs (homens que fazem sexo com homens); o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas - SPE -, que cuida da promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva nas escolas; o Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização da Aids e outras DSTs; e algumas ações relacionadas à assistência às DSTs, à aids e à hepatite, dentro do Plano Nacional de Saúde, no sistema penitenciário (aconselhamento sobre aids, hepatites virais e outras DSTs na chegada ao presídio; testagem dessas doenças; tratamento nos casos diagnosticados de infecção por HIV ou de outra DST; distribuição de preservativos aos presos e servidores prisionais; distribuição do "kit" de redução de danos).

No âmbito do Estado, há o Programa Estadual de DST/Aids, que, seguindo a lógica do SUS e o Plano Diretor de Regionalização, é constituído por uma Coordenadoria Estadual e por 54 Municípios que recebem incentivo fundo a fundo do Ministério da Saúde para ações de prevenção e assistência às DSTs e à aids, além da própria Secretaria de Estado de Saúde - SES. A Coordenadoria faz o monitoramento dos Municípios do Estado que têm o incentivo fundo a fundo para HIV (aids) do Ministério da Saúde, orientando quanto às ações prioritárias. Os planos de ações e metas são analisados, depois de aprovados nos conselhos municipais de saúde, e encaminhados ao Programa Nacional de DST/Aids, assim como o plano do Estado, elaborado pela Coordenadoria.

A Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar a matéria em estudo, apresentou substitutivo para sanar vícios da proposição. O referido substitutivo mantém a obrigatoriedade da afixação de cartazes nos sanitários de uso público, mas, ao invés de trazer informações sobre as DSTs, tais cartazes deverão conter um número de telefone de serviços de saúde e órgãos governamentais, a serem definidos em regulamento, para esclarecer dúvidas dos cidadãos a respeito dessas doenças. Ainda de acordo com o substitutivo apresentado, em caso de descumprimento do comando da proposição, será aplicada multa entre 50 e 150 Ufemgs.

Concordamos com as alterações propostas pela Comissão anterior e informamos que no MS há um serviço de ouvidoria, chamado Disque Saúde (136), que, além de ser um espaço de cidadania, é também um instrumento que contribui para a gestão do SUS. Por meio desse serviço, o cidadão pode manifestar suas reclamações, sugestões, solicitações e denúncias, bem como solicitar informações relativas à saúde.

### Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.777/2011 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2012.

Carlos Mosconi, Presidente - Doutor Wilson Batista, relator - Neider Moreira - Hely Tarquínio.



## COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

### COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 30/5/2012, a seguinte comunicação:

Do Deputado Duarte Bechir, notificando o falecimento do Sr. Ovídio Carlos Maia, ocorrido em 25/5/2012, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 28/5/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Antônio Lerin

exonerando Kátia Matias de Oliveira do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

exonerando Sandra Mara Soares de Freitas do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

nomeando Ana Carolina Soares para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Gisele Mezêncio Leal Lima para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 4 horas;

nomeando Kátia Matias de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;



nomeando Sandra Mara Soares de Freitas para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;  
nomeando Suzy Mary de Almeida Leandro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;  
nomeando Vitor Oliveira Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

#### **Gabinete do Deputado Arlen Santiago**

exonerando Leonardo Salles Lafeté do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;  
nomeando Naidemiria Andrade Sardinha Braga para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Celinho do Sinttrocel**

exonerando Daniel Aleixo Favarini do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

#### **Gabinete do Deputado Doutor Wilson Batista**

exonerando Talyta de Cássya Campos Alves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;  
nomeando Talyta de Cássya Campos Alves para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

#### **Gabinete do Deputado Duílio de Castro**

exonerando Regina Aparecida Dias dos Anjos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;  
nomeando Amanda Pereira de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Juninho Araújo**

exonerando Fernanda Silva Araujo do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;  
exonerando Gesiney Campos Moura do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;  
nomeando Fernanda Silva Araujo para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;  
nomeando Jamaiane Fernandes Vaz para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas.

#### **Gabinete da Deputada Liza Prado**

exonerando Josival de Araújo Souto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;  
nomeando Ademar Paulo de Souto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

#### **Gabinete da Deputada Maria Tereza Lara**

exonerando Luiz Claudio de Souza do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;  
nomeando Leandra Ramos de Souza para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Neilando Pimenta**

exonerando Luiz Fernando Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;  
exonerando Rogerio de Assis Tameirão do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;  
nomeando Luiz Fernando Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;  
nomeando Rogerio de Assis Tameirão para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Pompílio Canavez**

exonerando Alessandra de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;  
exonerando Jacqueline Luzia Lobato do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;  
exonerando Nathalia Kelly Jardim da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;  
exonerando Nildson Campos dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;  
exonerando Renata de Sousa Rabelo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;  
exonerando Vera Maria Leroy do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;  
exonerando Waldecir dos Santos Pereira do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas;  
exonerando Yuri Hovadick Barros Rodrigues do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;  
nomeando Alessandra de Oliveira para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;  
nomeando Nathalia Kelly Jardim da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;  
nomeando Vera Maria Leroy para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

#### **Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues**

exonerando Anelmar da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;  
exonerando José Luiz Bonifácio do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;  
exonerando Juarez Gomes do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;  
exonerando Karla Antunes Ribeiro Caixeta do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;  
exonerando Maria Edileia Gomes Caldeira Coelho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;  
exonerando Silvio Luiz de Almeida Duarte do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;  
exonerando Valdeni Santana Ferreira do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;  
exonerando Viviany do Carmo Odilon Campos do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;  
nomeando Anelmar da Silva para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;  
nomeando José Luiz Bonifácio para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;  
nomeando Juarez Gomes para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;  
nomeando Karla Antunes Ribeiro Caixeta para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;  
nomeando Valdeni Santana Ferreira para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:



exonerando Mary Adna Carvalho Dias do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo;

nomeando Silvio Luiz de Almeida Duarte para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Andréa Castro Maia do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

exonerando Graciele Chaisa Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

exonerando Lêda Junqueira Cobra do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

nomeando Adilson Las-Cazas de Brito para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Luiz Antonio Mussi de Araujo para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, da Resolução nº 5.203, de 19/3/02 e 5.305, de 22/6/07, assinou o seguinte ato:

nomeando Raul Fernando Gondin Motta de Barros para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do PT.

## AVISO DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2012

#### NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 039/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, às 10h30min do dia 18/6/2012, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade o fornecimento de consultórios odontológicos.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos “sites” [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 31 de maio de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

## TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Nascimento e Pedrosa Associados, Consultoria em Engenharia Sociedade Simples Ltda. Objeto: prestação de serviços de engenharia de consultoria em patologia das construções, com elaboração de relatório técnico descrevendo os danos existentes no Edifício Tiradentes e suas causas e as soluções para sua reparação. Objeto do aditamento: correção de redação. Vigência: a partir da assinatura.



## ERRATAS

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/5/2012

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 31/5/2012, na pág. 3, sob o título “OFÍCIOS”, no resumo dos ofícios do Sr. Djalma Bastos de Moraes, onde se lê:

“2.608/2012, da Comissão de Direitos Humanos”, leia-se:

“2.608/2012, da Comissão de Segurança Pública”.

Na pág. 4, no resumo do ofício do Sr. José Dias Coelho Neto, onde se lê:

“Requerimento nº 2.758/2012, da Deputada Liza Prado”, leia-se:

“Requerimento nº 2.752/2012, do Deputado Délio Malheiros”.

Na pág. 5, no resumo do ofício do Sr. Rômulo de Carvalho Ferraz, onde se lê:

“Requerimento nº 1.582/2011, da Comissão de Direitos Humanos”, leia-se:

“Requerimento nº 1.582/2011, da Comissão de Segurança Pública”.

E, na mesma página, no resumo do ofício do Sr. Sebastião Nunes, onde se lê:

“requerimento da Comissão de Assuntos Municipais encaminhado por meio do Ofício nº 985/2012/SGM”, leia-se:



“requerimento da Comissão de Direitos Humanos encaminhado por meio do Ofício nº 985/2012/SGM”.

### **ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 31/5/2012, na pág. 65, onde se lê:

“nomeando Elza de Oliveira Souza Gonçalves para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas”, leia-se:

“nomeando Elza de Oliveira Gonçalves Souza para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas”.